Plano de Logística Sustentável

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Sumário

SUMÁRIO **2**
LISTA DE FIGURAS **3**
LISTA DE QUADROS **3**
APRESENTAÇÃO **4**
INTRODUÇÃO **6**
DIRETRIZES ESTRATÉGICAS **7**
METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO **10**
DIAGNÓSTICO DOS PLANOS DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL ANTERIORES **13**
METODOLOGIA DE AFERIÇÃO DE CUSTOS INDIRETOS **14**
DIAGNÓSTICO ATUAL DE CONTRATAÇÕES **17**
O QUE COMPRAMOS? **18**
O QUANTO COMPRAMOS? 20
POR QUANTO COMPRAMOS? 21
COMO COMPRAMOS? 23
QUANDO (OU COM QUE FREQUÊNCIA) COMPRAMOS? 24
QUEM COMPRA? 25
DE QUEM SE COMPRA? 26
INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO **29**
INVENTÁRIO DE NECESSIDADES **29**
PLANO DE METAS E AÇÕES **31**
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO **44**

Lista de Figuras

Figura 1 - Eixos temáticos do PLS 5
Figura 2 - Diretrizes e eixos temáticos do PLS 2024-2028 do IFRS 9
Figura 3 - Custos indiretos na perspectiva do ciclo de vida 16

Lista de Quadros

Quadro 1 - Diretrizes e eixos temáticos do PLS 2024-2028 do IFRS 9
Quadro 2 - Cronograma de Trabalho 11
Quadro 3 - Gastos Por Finalidade 18
Quadro 4 - Aquisição de alimentos da agricultura familiar 19
Quadro 5 - Valores homologados e executados por modalidade de licitação 20
Quadro 6 - Contratos mais relevantes conforme Relatório de Gestão 2023 21
Quadro 7 - Representatividade de empresas ME/EPP nas compras homologadas do IFRS em 2022 27
Quadro 8 - Representatividade de empresas ME/EPP nas compras homologadas do IFRS em 2023 27
Quadro 9 - Situações Problemas / Inventário de Necessidades 30
Quadro 10 - Meta 1: aumentar 5% o número de projetos, ações e tecnologias de sustentabilidade, preservação e conscientização ambiental 31
Quadro 11 - Meta 2: Aumentar o número de participantes em capacitações propostas pela instituição relacionadas ao objetivos e metas do PLS em 10% ao ano 33
Quadro 12 - Meta 3: Aumentar a divulgação e conscientização sobre o PLS em 10% ao ano 34
Quadro 13 - Meta 4: Atingir 95% das contratações com critérios de sustentabilidade ambiental, econômico e social até 2029 35
Quadro 14 - Meta 5: Aumentar 5% por ano o valor relativo às compras anuais de alimentos da agricultura familiar 37
Quadro 15 - Meta 6: Aumentar 5% por ano o número de contratações de micro e pequenas empresas para a prestação de serviços, inclusive de engenharia. 38
Quadro 16 - Meta 7: Reduzir 5% o consumo de energia nas instalações comparado ao exercício anterior. 40
Quadro 17 - Meta 8: Reduzir 5% o consumo de água comparado ao exercício anterior 41
Quadro 18 - Meta 9: Garantir a RAP em conformidade com os parâmetros governamentais 42
Quadro 19 - Meta 10: Publicar a Política de Sustentabilidade Ambiental 43

Apresentação

Este documento tem como objetivo apresentar o Plano de Logística Sustentável (PLS) 2024-2029 do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e sua implantação, fortalecendo o compromisso da instituição perante a preservação ambiental e a racionalização de gastos no serviço público através da promoção de práticas e de consumo sustentável entre os servidores e a comunidade acadêmica.

O Plano de Logística Sustentável do IFRS é um instrumento de planejamento e gestão que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de recursos. Sua elaboração, aprovação e execução visam permitir à instituição adotar um modelo de gestão organizacional para promoção de práticas de sustentabilidade nos aspectos ambiental, social e econômico.

Para elaboração deste planejamento, foi utilizada como referência a Portaria SEGES/MGI nº 5.376/2023 que instituiu o Caderno de Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS[1], disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal como modelo de referência a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Segundo esta Portaria:

> **Art. 1º** Fica instituído o Caderno de Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS, disponível no Portal de Compras do Governo Federal (gov.br/compras), como modelo de referência a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, consoante prevê o art. 7º da Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021.

Conforme estabelece o art. 8 º da Portaria nº 8.678, de 2021, esse plano inclui o conteúdo sugerido:

1. Diretrizes para gestão estratégica das contratações e da logística;
2. Metodologia para aferição de custos indiretos;
3. Ações voltadas para temas específicos (6 eixos temáticos);
4. Responsabilidades dos atores envolvidos na elaboração, na execução, no monitoramento e na avaliação do PLS; e
5. Metodologia para implementação, monitoramento e avaliação do PLS.

Para elaboração deste plano, foram obedecidas às diretrizes de gestão estratégica de logística e das contratações, considerando as seguintes referências:

- Estratégia Federal de Desenvolvimento 2020-2031 - EFD;

[1] https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel/plano-de-gestao-de-logistica-sustentaveis/plano-diretor-logistica-sustentavel-ver1.pdf

- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030;
- Plano Plurianual e as demais leis orçamentárias;
- Planejamento estratégico institucional;
- Leis, decretos, portarias e instruções normativas aplicáveis.

Este plano também apresenta o diagnóstico da logística e compras do órgão, identificando possíveis problemáticas e leitura do material para aprofundamento nos eixos temáticos. O diagnóstico abrange os seguintes itens:

- Diagnóstico dos Planos de Logística Sustentável (PLS) anteriores e relação com o PLS 2024-2028;
- Diagnóstico atual das contratações do IFRS, considerando os anos de 2022 e 2023;
- Instrumentos de planejamento;
- Inventário de necessidades do IFRS, estruturados por eixo temático.

O plano de ação do PLS do IFRS foi estruturado considerando 6 temas traçados no art 8º da Portaria nº 8.678, de 2021, apresentados na Figura 1 e explorados ao longo deste documento.

Figura 1 - Eixos temáticos do PLS

Fonte: Caderno de Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável[2]

Com o Plano de Logística Sustentável, o IFRS reforça seu compromisso com a sustentabilidade e a eficiência na gestão pública a partir da apresentação de uma ferramenta estratégica para nortear práticas institucionais responsáveis e sustentáveis.

[2] https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel/plano-de-gestao-de-logistica-sustentaveis/plano-diretor-logistica-sustentavel-ver1.pdf

Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) possui em seu Planejamento Estratégico a missão institucional de ofertar Educação Profissional, científica e tecnológica, inclusiva, pública, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral de cidadãos para enfrentar e superar desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais. Visando atender essa missão e o compromisso com a promoção de práticas de eficiência administrativa, responsabilidade ambiental e impacto social, o IFRS apresenta seu Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) alinhado às diretrizes da Administração Pública Federal e à legislação vigente.

O PLS é uma ferramenta para promoção de uma cultura organizacional voltada à sustentabilidade através da proposição de ações integradas às rotinas institucionais. Ele orienta a adoção de estratégias que induzam a redução do consumo de recursos naturais, o aperfeiçoamento dos processos de aquisição e contratação e o fortalecimento de iniciativas que ampliem a consciência ambiental no ambiente acadêmico e administrativo.

Possui como principal objetivo promover a sustentabilidade nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, com foco na adoção de medidas que incentivem a acessibilidade e a inclusão, a diminuição constante e gradativa dos impactos ambientais causados pelas suas atividades e a melhor eficiência do gasto público, em consonância com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentre os objetivos específicos deste plano, pode-se destacar:

- Incentivar a racionalização dos recursos e o consumo consciente;
- Realizar o descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos e rejeitos produzidos;
- Capacitar e sensibilizar a comunidade acadêmica para a importância da sustentabilidade, da acessibilidade e inclusão;
- Promover a qualidade de vida no trabalho.

Este plano, além de detalhar as ações planejadas e os resultados esperados, estabelece metas e uma estrutura para monitoramento e controle, através do acompanhamento de ações, garantindo foco, transparência e alinhamento. Essa integração potencializa a capacidade do IFRS de atingir suas metas de sustentabilidade de forma estratégica e colaborativa. Além disso, alinhado à Política de Gestão de Riscos do IFRS, este plano apresenta a identificação de riscos operacionais, planejamento preditivo e proposta de monitoramento sistêmico.

Com o objetivo de unir a comunidade acadêmica em torno de um objetivo comum, como a construção de um futuro mais sustentável, o IFRS reafirma seu papel como agente transformador na sociedade pela adoção de práticas que vão além do cumprimento normativo, inspirando mudanças concretas em prol da sustentabilidade e da cidadania.

Este documento está estruturado de forma a abordar os principais aspectos relacionados ao planejamento da logística sustentável no IFRS para o período de 2024 até 2029. Inicia-se com a apresentação das Diretrizes Estratégicas assim como a metodologia e o processo de elaboração. Com o objetivo de embasar o novo ciclo de planejamento, foi realizado um diagnóstico geral dos planos anteriores, assim como a análise sobre a aferição de custos indiretos. Com base neste diagnóstico, foi apresentado os instrumentos necessários e definição do inventário das necessidades para o novo ciclo de planejamento. Considerando esse levantamento, foram propostas metas e ações institucionais a serem desempenhadas por todas as unidades do IFRS. Por fim, foram apresentadas ferramentas para monitoramento e avaliação, assegurando que o plano se mantenha eficaz e alinhado às metas institucionais.

Diretrizes Estratégicas

O PLS do IFRS é uma ferramenta de planejamento alinhado às diretrizes estratégicas da instituição, servindo como referência para a gestão das contratações e da logística do órgão. As diretrizes estratégicas que embasaram a construção dos planos de ação e metas referentes à logística sustentável, abrangendo todas as unidades da instituição, provêm dos seguintes normativos e planos institucionais:

- Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD) 2020-2031;
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030;
- Leis, decretos, portarias e instruções normativas aplicáveis;
- Plano Plurianual;
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028.

Como diretriz geral deste PLS, referenciando o PDI 2024-2028, apresenta-se o objetivo estratégico **R4** da dimensão "**Resultados**", com inclusão do conceito de sustentabilidade em sua redação. Assim, como guia maior da elaboração e implementação deste documento, este objetivo possui a intenção de *promover ações que visem ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental, cultural e político da comunidade, de forma sustentável* (PDI 2024-2028).

Para definição das demais diretrizes do plano, foram definidas três diretrizes gerais que agrupam sinergicamente os eixos temáticos previstos no Caderno de Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável. As diretrizes institucionais definidas foram:

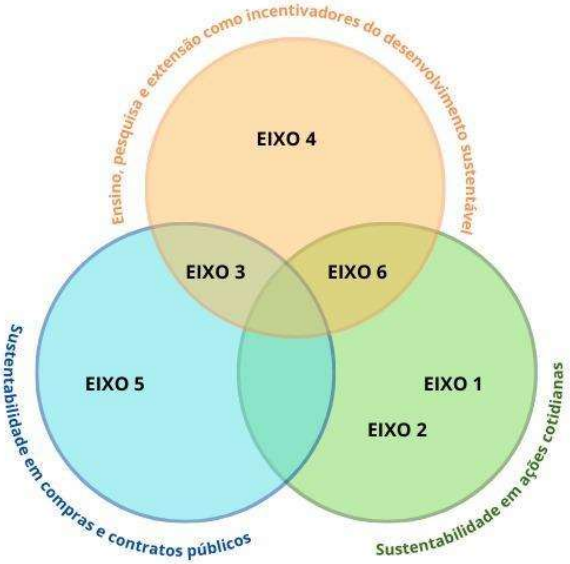
- **D1**: Ensino, pesquisa e extensão como incentivadores do desenvolvimento sustentável
- **D2**: Sustentabilidade em compras e contratos públicos
- **D3**: Sustentabilidade em ações cotidianas

Paralelamente a estas diretrizes, foram considerados os seguintes eixos do caderno:

- **E1**: Racionalização e consumo consciente
- **E2**: Racionalização da ocupação de espaços físicos
- **E3**: Identificação dos objetivos de menor impacto ambiental
- **E4**: Fomento à inovação no mercado
- **E5**: Negócios de impacto nas contratações
- **E6**: Divulgação, conscientização e capacitação

As 3 dimensões sobrepostas no diagrama ilustradas pela Figura 2 apresentam diretrizes institucionais relacionadas à sustentabilidade. O círculo laranja, no topo, representa o Eixo 2, 3 e 4, ligado ao ensino, pesquisa e extensão como incentivadores do desenvolvimento sustentável, atendendo às dimensões de racionalização da ocupação dos espaços físicos, identificação dos objetivos de menor impacto ambiental e fomento à inovação no mercado. O círculo azul, à esquerda, referente à sustentabilidade em compras e contratos públicos, apresenta o Eixo 3 e 5, relacionados à sustentabilidade em compras e contratos públicos e a negócios de impacto nas contratações. Por último, o círculo verde, à direita, representa os Eixos 1, 2 e 6, associados à racionalização e consumo consciente e ocupação de espaços físicos e divulgação, conscientização e capacitação, todos associados à dimensão de sustentabilidade em ações cotidianas. Nas interseções, o Eixo 3 conecta os círculos azul e laranja, e o Eixo 6 aparece nas interseções entre o verde e o laranja e no centro, onde os três círculos se encontram, ressaltando a integração entre as áreas para promover práticas sustentáveis.

Figura 2 - Diretrizes e eixos temáticos do PLS 2024-2028 do IFRS



Fonte: Comissão Central PLS 2024-2028

As dimensões e eixos apresentados foram norteadores para elaboração deste planejamento e orientaram a definição do plano de metas e ações. O Quadro 1 apresenta a conexão entre as dimensões e eixos, com sua respectiva fundamentação.

Quadro 1 - Diretrizes e eixos temáticos do PLS 2024-2028 do IFRS

DIRETRIZ	EIXO	FONTE
D1: Ensino, pesquisa e extensão como incentivadores do desenvolvimento sustentável.	**E3 e E4**: Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.	Lei de Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Lei nº 11.892/2008. Seção II, art. 6º, inciso IX.
	E6: Contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas através de projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão.	LEI Nº 14.802, DE 10 DE JANEIRO DE 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. LEI Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

DIRETRIZ	EIXO	FONTE
D2: Sustentabilidade em compras e contratos públicos.	**E3**: Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.	Agenda 2030 - Objetivo 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
	E3: Incentivar compras públicas sustentáveis para aquisição de materiais e para contratações de serviços e de investimentos.	EFD 2020-2031, item 4.3.4 - Desafio: promover oportunidades de negócios sustentáveis em meio ambiente (Decreto nº 10.531, de 2020).
	E5: Observar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratos.	Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, de 2021, art. 5º.
D3: Sustentabilidade em ações cotidianas	**E1**: O3-Desenvolver meios de economicidade.	Objetivo Estratégico PDI IFRS: Objetivo O3 / Dimensão Orçamento.
	E2: O1-Fomentar infraestrutura adequada a todas as unidades do IFRS.	Objetivo estratégico PDI IFRS: Objetivo O1 / Dimensão Orçamento.
	E6: P2-Aprimorar e consolidar a política de Sustentabilidade ambiental.	Objetivo estratégico PDI IFRS: Objetivo P2 / Dimensão Processos.

Fonte: Comissão Central PLS 2024-2028

Metodologia de Elaboração

A metodologia de elaboração do plano foi dividida em 5 etapas (Definir, Medir, Analisar, Melhorar e Controlar) seguindo os conceitos da metodologia DMAIC[3].

1. Definição: na primeira fase foi a de definição, em que a Comissão Central PLS 2024-2028 identificou os principais problemas considerando os relatórios PLS dos anos anteriores. Foram propostas melhorias nos processos existentes a partir do diagnóstico dos planos de logística sustentável anteriores, o diagnóstico atual de contratações e avaliada a metodologia de aferição de custos indiretos. Nesta fase, foram propostas metas e indicadores de avaliação de desempenho.

[3] American Society for Quality (ASQ). "Define, Measure, Analyze, Improve, Control (DMAIC)." Disponível em https://asq.org/quality-resources/dmaic?srsltid=AfmBOooBCG_fPJaYqTS8mGA6bSYB_OWgkAjVYkpPKgBUn6NyuZvg_1L5.

2. Medição: a Comissão Central PLS avaliou os indicadores levantados na Etapa 1 referentes aos anos anteriores.
3. Análise: a comissão avaliou a medição dos indicadores frente o atendimento das metas, identificando principais gargalos e oportunidades de melhoria. Nesta fase também foram realizadas propostas para melhoria das práticas e indicadores de sustentabilidade do IFRS.
4. Melhoria: esta etapa revisou as ações propostas na Etapa 3 com o objetivo de aprimorar o desempenho dos processos planejados, melhorando seu desempenho em relação às diretrizes de sustentabilidade inicialmente identificadas. O planejamento de metas e indicadores foi revisto e adequado.
5. Controle: a última etapa teve como objetivo definir um processo de monitoramento e controle contínuo para que as mudanças e ações implementadas no IFRS sejam permanentes e duradouras. Foi definido processo e ferramentas institucionais para esta finalidade.

Após a aprovação do PLS 2024-2029, a metodologia de elaboração baseada no DMAIC será aplicada na execução, prevendo ciclos anuais de definição, medição, análise, proposição de melhorias e controle.

Para a execução da metodologia de elaboração do presente plano, bem como a definição de prazos e responsáveis, foi seguido o cronograma de trabalho descrito no Quadro 2.

Quadro 2 - Cronograma de Trabalho

ETAPA	RESPONSÁVEIS	PRAZOS
1. Formação da Equipe Gestora: Comissão Central PLS 2024-2028.	PRODI/DPE e Gabinete da Reitoria	25/04/2024
2. Leitura material base sobre o PLS.	Comissão Central	05/06/2024 a 25/06/2024
3. Reunião I da Comissão Central: início dos trabalhos.	Comissão Central	26/06/2024
4. Levantamento de possíveis diretrizes estratégicas.	Comissão Central	26/06/2024 a 16/07/2024
5. Reunião II da Comissão Central: elaboração de proposta para as diretrizes estratégicas e encaminhamento do diagnóstico.	Comissão Central	18/07/2024
6. Diagnóstico da logística e compras do órgão, identificando possíveis problemáticas e leitura do material	Comissão Central	18/07/2024 a 21/08/2024

para aprofundamento nos eixos temáticos.		
7. Reunião III da Comissão Central: apresentação do diagnóstico, discussão e elaboração de minuta de objetivos, ações, metas, responsáveis e indicadores (além de previsão de recursos necessários e riscos) por eixo temático, que atuarão no enfrentamento das problemáticas identificadas.	Comissão Central	04/09/2024
8. Elaboração da minuta geral do documento.	Comissão Central	04/09/2024 a 01/10//2024
9. Validação da minuta geral do documento com a alta gestão.	Comissão Central	04/10/2024 a 11/10/2024
10. Ajustes da minuta geral do documento.	Comissão Central	14/10/2024 a 22/10/2024
11. Reunião IV da Comissão Central: fechamento da minuta geral do documento.	Comissão Central	24/10/2024
12. Envio do documento para apreciação do CONSUP.	Comissão Central	10/11/2024
13. Apreciação do documento pelo CONSUP.	Comissão Central	10/12/2024
14. Publicação do plano no site do IFRS.	PRODI/DPE	13/12/2024
15. Execução do plano de ação pelas unidades.	A definir	2025/2029
16. Etapa de monitoramento das ações propostas no plano de ação do PLS - ano 2025.	A definir	A definir
17. Etapa de monitoramento das ações propostas no plano de ação do PLS - ano 2026.	A definir	A definir
18. Etapa de monitoramento das ações propostas no plano de ação do PLS - ano 2027.	A definir	A definir
19. Etapa de monitoramento das ações propostas no plano de ação do PLS - ano 2028.	A definir	A definir
20. Etapa de monitoramento das ações propostas no plano de ação do PLS - ano 2029.	A definir	A definir

Fonte: Comissão Central PLS 2024-2028

Diagnóstico dos Planos de Logística Sustentável anteriores

O IFRS já executou 2 (dois) Planos de Logística Sustentável (PLS), os quais tiveram como vigência os anos 2013 a 2016 e 2019 a 2023. Ambos foram construídos com base na Instrução Normativa (IN) nº 10/2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, que estabeleceu regras para a elaboração e implementação do previsto no art. 16 do Decreto nº 7.746/2012 (alterado Decreto nº 9.178, de 2017).

Esta IN indicou, dentre outras questões, a necessidade das ações de sustentabilidade e racionalização do PLS contemplarem, no mínimo, os seguintes temas:

1. Material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
2. Energia elétrica;
3. Água e esgoto;
4. Coleta seletiva;
5. Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
6. Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e
7. Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Com base nesses temas, o PLS 2013-2016 propôs sete dimensões: Utilização de bens naturais e bens públicos; Água; Energia elétrica; Gestão de resíduos gerados; Qualidade de vida; Licitações sustentáveis e Deslocamento de pessoal. Cada uma delas contou com uma ou mais ações, além de ações internas, às ações macro e metas estabelecidas, porém não são apresentados, no documento publicado, indicadores para medição do resultado das ações e consequentemente avaliação da meta.

O documento publicado no sítio do IFRS para 2019-2023 apresenta essas informações quando observados os planos de ação das unidades. Apesar disso, a execução do plano ficou prejudicada devido ao período pandêmico vivenciado. Assim, seu monitoramento foi realizado a partir de 2022, quando todas as unidades do IFRS voltaram integralmente às atividades presenciais, conforme registrado na página de publicação do plano.

O monitoramento da execução e atendimento das metas do PLS em seu último exercício se deu através de painel, alimentado por dados registrados pelas unidades no

Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP) do IFRS. Pela análise de seus dados, nota-se que:

- Há falta de dados e falta de padronização das unidades de medida utilizadas na prestação de contas, o que dificulta o processo de mapeamento e acompanhamento do consumo de recursos hídricos, energéticos, bem como de ações em prol da coleta seletiva e da destinação adequada de resíduos, por exemplo. Destaca-se que o preenchimento foi feito de forma manual;
- Há um aparente distanciamento do PLS com os projetos de ensino, pesquisa e extensão da instituição, visto que há o registro de apenas cinco ações distintas, com iniciativas ligadas a esses termos nos anos de 2022 e 2023, além de uma ocorrência como desafio futuro. Ao passo que a instituição possui mais de vinte grupos de pesquisa ligados à sustentabilidade, como pode ser visualizado na Classificação dos Grupos de Pesquisa por Grande Área do Conhecimento.

Metodologia de Aferição de Custos Indiretos

A lei geral de contratações públicas (Lei nº 14.133/2021) já sinalizou onde ela acredita que deve estar a perspectiva do ciclo de vida do objeto. O novo regime jurídico traz expressamente no seu artigo 18, VIII, ao tratar do tema no tópico "da instrução do processo", e em especial em seu § 1º, XII, ao tratar do estudo técnico preliminar (ETP).

> "Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
>
> VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
>
> § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
>
> XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros

> recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável".

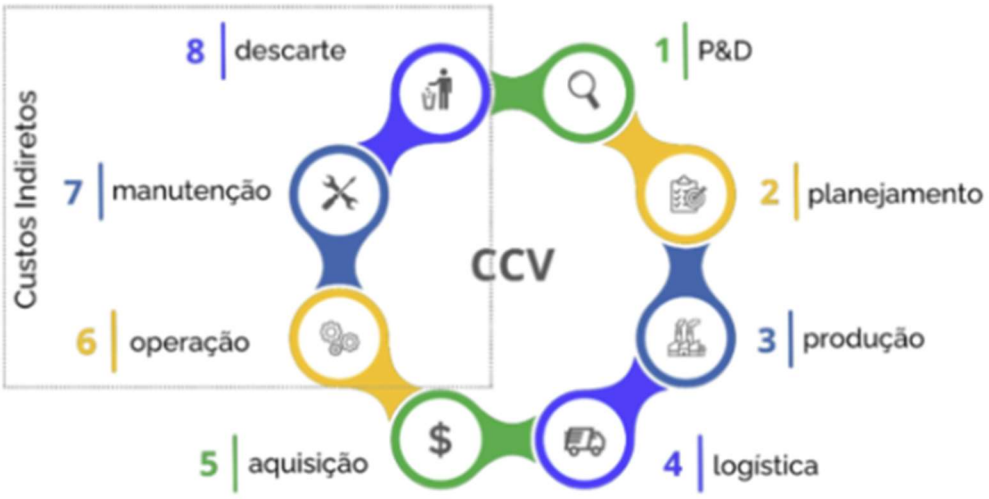
O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é uma ferramenta de planejamento fundamental para as aquisições públicas. De acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos, o ETP tem a finalidade de destacar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, a fim de permitir uma avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação. A melhor solução passa obrigatoriamente por uma perspectiva partindo do ciclo de vida do objeto. Por isso a necessidade de tempo para o levantamento das perguntas essenciais para a resolução do problema, a pesquisa para a identificação das melhores soluções e o planejamento da compra. É no ETP que são realizados esses levantamentos e análises que orientam a Administração na definição de aspectos críticos dos editais e contratos. Essas orientações serão usadas como base para o Termo de Referência (TR). Quanto mais bem fundamentado o ETP, menor a possibilidade de haver questionamentos e discussões das premissas assumidas pelo tomador de decisão. Essa foi, inclusive, uma orientação dada pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão publicado em 2019, Acórdão 1666/2019-TCU-Plenário, que assim se manifestou em seu item 9.6.1: "equilíbrio entre preço e requisitos de sustentabilidade". O ETP deve analisar se o mercado está preparado para atender aos requisitos de sustentabilidade, de forma a não restringir excessivamente a competição".

Assim, a modelagem de contratação mais vantajosa, premissa indiscutível de sustentabilidade em todos os seus aspectos, não considerando somente o preço, mas todo o ciclo de vida do objeto, deve ser pensada ainda na fase de planejamento da contratação, a partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, levando-se em conta os desdobramentos em todas as etapas do ciclo de vida de um produto ou serviço, podendo ser utilizados parâmetros diversos, tais como históricos de contratos anteriores, séries estatísticas disponíveis, informações constantes de publicações especializadas (especialmente o "Guia Nacional de Contratações Sustentáveis" da Advocacia Geral da União e a Cartilha "Como Inserir Critérios de Sustentabilidade nas Contratações Públicas", da Controladoria Geral da União), trabalhos técnicos e acadêmicos, dentre outros.

Além destas análises, a Portaria SEGES/ME nº 8.978, de 2021, em seu Art. 8º, II, prevê que o PLS deve prever em seu escopo a apresentação de uma metodologia para mensuração e análise de custos indiretos relacionados ao ciclo de vida do objeto contratado, desde a obtenção da matéria prima até a produção, distribuição, utilização do produto e seu descarte final.

É importante esclarecer que custos indiretos são todas as despesas que excedam o custo de aquisição de um produto ou serviço. Podem se relacionar às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação, tratamento de resíduos sólidos e impacto ambiental, dentre outros fatores vinculados às etapas do ciclo de vida do objeto, desde que objetivamente mensuráveis, consoante prevê o art. 34, §1º, da Lei no 14.133, de 2021, e ilustrado na Figura 3.

Figura 3 - Custos indiretos na perspectiva do ciclo de vida



Fonte: Caderno de Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável

Após o mapeamento do ciclo de vida do objeto, segue-se para a mensuração dos custos indiretos, representada pela Equação 1:

$$C_I = C_O + C_M + C_D \quad \text{Equação (1)}$$

Onde:

C_I - Custos indiretos;
C_O - Custos de operação; utilização; depreciação; treinamento; licenças e taxas; armazenamento; mão de obra; energia; água; insumos; capacidade ociosa; custos financeiros;
C_M - Custos de manutenção; reposição; falhas; rejeições;
C_D - Custos de descarte; valor residual; obsolescência; tratamento de resíduos; mitigação de impacto(s) ambiental(is).

Por sua vez, o somatório dos custos indiretos ao custo de aquisição denomina-se Custo Total da Posse - CTP (*Total Cost of Ownership*), representado pela Equação 2:

$$C_{TP} = C_A + C_I \quad \text{Equação (2)}$$

Onde:

C_{TP} - Custo total da posse;

C_A - Custo da aquisição (preço de etiqueta/do contrato/preço pago pelo produto ou serviço);
C_I - Custos indiretos.

Destaca-se que a aferição dos custos indiretos, por meio da Equação 1 apresentada anteriormente, depende da possibilidade de obtenção de dados que sejam objetivamente mensuráveis sendo, geralmente, aplicados ao ciclo de vida de materiais. No caso de serviços, recomenda-se, dada a incipiência na temática de aferição de custos pelo IFRS, analisar subjetivamente o objeto por meio dos parâmetros diversos explicitados no decorrer deste tópico do PLS. Tanto para materiais como para serviços, é importante avaliar, no sentido de manter os requisitos de sustentabilidade já expostos nas minutas da AGU utilizadas pelo IFRS, como por exemplo:

- Previsão, nos contratos de terceirização, da adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilizem produtos reciclados, reutilizados e/ou biodegradáveis;
- Previsão de utilização de conta vinculada bloqueada para movimentação, para garantia de pagamento das verbas trabalhistas dos funcionários terceirizados em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra;
- Previsão de logística reversa em editais para aquisição de componentes eletrônicos e embalagens de produtos controlados, possibilitando o descarte correto desses materiais;
- Respeito às Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Previsão de treinamento e capacitação periódica dos empregados terceirizados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição, resíduos sólidos;
- Observação da Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, Portaria nº 430/2012 do Inmetro e demais legislações correlatas, quanto aos equipamentos de limpeza que geram ruído no seu funcionamento.

A avaliação dos requisitos de sustentabilidade dos materiais e serviços nas contratações do IFRS ficam a cargo da gestão, das áreas requisitantes e técnicas, quando houver, bem como dos servidores das áreas de licitações e contratos envolvidos no planejamento das contratações. O cumprimento dos requisitos de sustentabilidade durante a execução dos contratos fica a cargo das equipes de fiscalização.

Diagnóstico Atual de Contratações

Considerando dados dos anos de 2022 e 2023 e, em alguns casos, ampliando a análise para 2021, o diagnóstico das compras e contratações do IFRS teve como finalidade visualizar a evolução e o padrão de consumo e de mercado. As perguntas respondidas foram: “O que compramos?”, “O quanto compramos?”, “Por quanto compramos?”, “Como compramos?”, “Quando (ou com que frequência) compramos?”,

"Quem compra?" e "De quem se compra?". Com base nas respostas apresentadas na sequência, pode-se identificar pontos de atenção, lacunas e possíveis problemáticas que serão tratadas na seção "Inventário de Necessidades".

O que compramos?

Ao tratar do levantamento dos bens, serviços e obras contratados, é crucial realizar uma divisão por categorias de objetos de compra para obter uma visão das aquisições do IFRS. Este processo permite identificar quais compras e contratações são consideradas estratégicas, tanto em termos de relevância financeira quanto quantitativa e de impactos socioambientais. Ao destacar os tipos de contratações, o IFRS pode priorizar ações que promovam eficiência, economia e sustentabilidade.

Observando a execução financeira de anos anteriores, os maiores investimentos de recursos do IFRS referem-se às contratações de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, seguidas pelas aquisições de material de consumo comuns e de tecnologia de informação, alimentos advindos da agricultura familiar (PNAE e PAA), obras e serviços de engenharia e alimentos de fornecedores em geral. Os valores relativos a cada categoria de objeto de compra podem ser verificados nos Quadro 3 e Quadro 4, extraídos do Relatório de Gestão IFRS 2023.

Quadro 3 - Gastos Por Finalidade

GASTOS POR FINALIDADE			
Tipo de contratação	**Valor liquidado 2021**	**Valor liquidado 2022**	**Valor liquidado 2023**
Serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra.	R$ 10.923.232,48	R$ 15.091.296,11	R$ 23.360.358,92
Material de consumo (sem TIC).	R$ 1.819.135,81	R$ 2.649.833,97	R$ 2.970.809,07
Contratações de TIC (investimento + custeio).	R$ 1.683.451,57	R$ 1.592.685,30	R$ 1.331.208,48
Aquisições de alimentos.	R$ 1.000.968,07	R$ 2.158.177,88	R$ 1.275.959,13
Equipamentos e material permanente (sem TIC).	R$ 434.626,57	R$ 376.882,36	R$ 601.134,94
Obras, projetos e instalações.	R$ 455.644,03	R$ 1.405.932,51	R$ 1.500.011,52

Fonte: Baseado em dados do Tesouro Gerencial, 2023

Quadro 4 - Aquisição de alimentos da agricultura familiar

AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO IFRS						
Modalidade de contratação	**Nº processos 2021**	**Valor homologado 2021**	**Nº processos 2022**	**Valor homologado 2022**	**Nº processos 2023**	**Valor homologado 2023**
Chamada Pública PAB (Programa Alimenta Brasil, Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021).	2	R$ 862.517,82	7	R$ 405.450,93	5	R$ 258.898,07
Chamada Pública PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar, Lei n° 11.947/2009).	3	R$ 122.703,90	13	R$ 615.225,09	17	R$ 1.416.353,52
TOTAL	**5**	**R$ 985.221,72**	**20**	**R$ 1.020.676,02**	**22**	**R$ 1.675.251,59**

Fonte: Controles internos DLC, 2023.

O IFRS possui contratações consideradas estratégicas sob o ponto de vista sustentável, em seus vários aspectos:

a) Contrato de serviço de *outsourcing* de impressão em substituição aos contratos de locação de impressoras e de aquisição de equipamentos próprios, que permitiu a melhoria e a qualificação do parque tecnológico com menor dispêndio financeiro e operacional;
b) Contrato de empresa para gestão da frota de veículos com serviços de manutenção e de abastecimento, desonerando a estrutura administrativa quanto às múltiplas contratações por fato gerador, permitindo aumentar o foco nas áreas finalísticas;
c) Contrato para gestão de almoxarifado virtual, diminuindo os custos de estocagem de materiais, ampliando o uso racional dos espaços institucionais;
d) Aquisição de absorventes para distribuição no Projeto Dignidade Menstrual, ampliando o acesso às alunas do IFRS, visando a sustentabilidade social;
e) Aquisição de alimentos da agricultura familiar fomentando a economia local e regional e melhorando a segurança alimentar dos alunos do IFRS;
f) Contratos de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra com utilização da conta vinculada visando a garantia de pagamento das obrigações trabalhistas e previdenciárias aos trabalhadores;
g) Aquisição de usinas fotovoltaicas para a geração de energia limpa em todos os

campi do IFRS;

h) Substituição de equipamentos de condicionadores de ar, na reitoria e *campi*, com vistas a atualizar os equipamentos para a tecnologia inverter e classificação energética A.

Porém, embora o IFRS tenha contratações estratégicas e faça a previsão de critérios de sustentabilidade em grande parte das contratações, não é possível dimensionar facilmente qual a participação dessas compras e contratações estratégicas por tipo de contratação. Dentre as que são possíveis identificar, cita-se as 100% das contratações terceirizadas de mão de obra exclusiva com o uso de conta vinculada e de procedimentos de fiscalização do pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias pelas empresas contratadas aos funcionários, e a aquisição de alimentos da agricultura familiar, cujos valores homologados pelas chamadas públicas do PAB e PNAE vem crescendo a cada ano. O valor de alimentos adquiridos da agricultura familiar tem sido bastante considerável, refletindo a preocupação do IFRS com a execução de uma política pública sustentável no âmbito ambiental, econômico e social, fomentando o desenvolvimento econômico regional e a melhora nutricional da alimentação dos estudantes.

O quanto compramos?

Ao dimensionar o volume de compras realizadas, é essencial identificar as principais modalidades licitatórias utilizadas pelo IFRS, em termos de valor homologado, despesa executada, quantidade e frequência. Este levantamento permite uma compreensão detalhada dos padrões de compras do IFRS, evidenciando as modalidades com maior demanda e possibilitando a adoção de práticas mais sustentáveis. As informações apresentadas no Quadro 5 revelam o valor que compramos dividido por modalidade de licitação.

Quadro 5 - Valores homologados e executados por modalidade de licitação

CRITÉRIOS POR ANO	VALORES POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO				
	PREGÃO	DISPENSA	INEXIGIBILIDADE	RDC	TOTAL
VALOR HOMOLOGADO 2021	R$ 39.018.433,41	R$ 4.393.691,48	R$ 7.639.127,05	R$ 2.837.993,30	**R$ 53.889.245,24**
VALOR HOMOLOGADO 2022	R$ 67.937.926,94	R$ 7.724.427,94	R$ 203.456,03	R$ 9.413.974,46	**R$ 85.279.785,37**
VALOR HOMOLOGADO 2023	R$ 50.395.428,83	R$ 6.547.175,39	R$ 10.620.957,15	R$ 8.314.106,37	**R$ 75.877.667,74**
NÚMERO					

PROCESSOS HOMOLOGADOS 2021	43	84	28	7	**162**
NÚMERO PROCESSOS HOMOLOGADOS 2022	50	163	27	11	**251**
NÚMERO PROCESSOS HOMOLOGADOS 2023	45	175	31	10	**261**
DESPESA EXECUTADA 2021	R$ 28.372.966,47	R$ 3.946.208,29	R$ 3.946.208,29	R$ 4.685.234,14	**R$ 40.983.982,77**
DESPESA EXECUTADA 2022	R$ 37.623.866,13	R$ 6.047.887,10	R$ 5.157.011,39	R$ 9.097.095,47	**R$ 57.925.860,09**
DESPESA EXECUTADA 2023	R$ 40.277.831,82	R$ 9.651.154,39	R$ 6.047.887,10	R$ 7.771.152,56	**R$ 63.748.025,87**

Fonte: Painel de Compras do Governo Federal para os valores homologados de contratações diretas e pregão. Controle interno da DLC e Compras.gov.br para dados de RDC. Tesouro Gerencial para dados de despesas executadas.

Por quanto compramos?

Ao contabilizar o total de gastos, torna-se essencial classificar os tipos de contratação por categorias de objetos de compras, destacando aquelas de maior relevância orçamentária. A análise apresentada no Quadro 6 oferece uma visão da execução financeira do IFRS, permitindo identificar áreas de maior investimento e oportunidades para ajustes e economias. Ao focar nas categorias com maior impacto orçamentário, o IFRS pode direcionar seus esforços para práticas de compras estratégicas e sustentáveis.

Quadro 6 - Contratos mais relevantes conforme Relatório de Gestão 2023

TIPO DE CONTRATAÇÃO	OBJETO	VALOR LIQUIDADO 2021	TOTAL 2021	VALOR LIQUIDADO 2022	TOTAL 2022	VALOR LIQUIDADO 2023	TOTAL 2023
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	Limpeza e conservação	R$ 3.167.865,82	R$ 11.235.784,05	R$ 5.337.695,28	R$ 15.839.314,91	R$ 6.173.879,37	R$ 23.360.358,92
	Vigilância armada e desarmada/vigia	R$ 4.446.595,09		R$ 4.664.899,66		R$ 4.671.699,40	
	Serviços de apoio administrativo	R$ 2.515.405,33		R$ 3.136.427,11		R$ 4.131.934,40	

	Serviços domésticos (copa e cozinha)	R$ 513.834,93		R$ 911.226,67		R$ 1.187.807,61	
	Profissionais para atendimento PcD - Intérprete de libras, Psicopedagogos e Cuidadores	R$ 592.082,88		R$ 1.789.066,19		R$ 7.196.538,14	
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	Bens imóveis - prediais com material	R$ 1.074.803,69	R$ 1.465.178,04	R$ 1.272.807,35	R$ 2.060.054,58	R$ 1.126.683,40	R$ 2.427.744,88
	Equipamentos	R$ 122.092,08		R$ 130.546,29		R$ 398.500,53	
	Frota de veículos	R$ 268.282,27		R$ 656.700,94		R$ 902.560,95	
AQUISIÇÃO DE ITENS DE INVESTIMENTO	Equipamentos, mobiliário e acervo bibliográfico	R$ 1.020.911,12	R$ 1.020.911,12	R$ 944.461,36	R$ 944.461,36	R$ 604.972,70	R$ 604.972,70
OBRAS E INSTALAÇÕES	Estudos e Projetos	R$ 0,00	R$ 455.644,03	R$ 28.550,00	R$ 1.405.932,51	R$ 0,00	R$ 1.500.011,52
	Obras em andamento	R$ 432.014,16		R$ 1.084.551,80		R$ 1.416.236,55	
	Instalações	R$ 23.629,87		R$ 292.830,71		R$ 83.774,97	

Fonte: Baseado em dados do Tesouro Gerencial, 2023

Ao compararmos os valores liquidados nos serviços terceirizados apresentados no quadro 6 (Contratos mais relevantes conforme Relatório de Gestão 2023) com o total de despesa executada por modalidade de licitação dos respectivos anos, do quadro 5 (Valores homologados e executados por modalidade de licitação), a saber: R$ 40.983.982,77 em 2021, R$ 57.925.860,09 em 2022, R$ 63.748.025,87 em 2023, percebe-se que essas contratações representam 27,41%, 27,34% e 36,64%, respectivamente. Com representatividade significativa e crescente, é importante olhar para esse grupo, de forma a garantir a sustentabilidade econômica e social dos trabalhadores terceirizados dos contratos com execução exclusiva de mão de obra, por meio da ampliação de uma rotina de fiscalização administrativa, uso da conta vinculada.

O aumento significativo de valores liquidados nesta categoria deveu-se à ampliação da contratação de profissionais para o atendimento à crescente demanda de alunos com necessidades especiais em nossa instituição.

Como compramos?

A existência de uma política de compras não apenas padroniza os processos, mas também promove a eficiência e a transparência nas aquisições. Examinar essas diretrizes permite avaliar se as práticas atuais estão alinhadas com os objetivos institucionais de sustentabilidade e economia, além de identificar oportunidades para melhorar a coordenação e a gestão das compras.

O IFRS vem publicando instruções normativas que regulamentam a governança das contratações (2022: IN IFRS PROAD 04/2021; 2023: IN IFRS PROAD 03/2022), definindo questões como a construção do Calendário de Licitações Compartilhadas (CLC), que contempla as contratações das demandas comuns da reitoria e *campi*, com base no Plano de Contratação Anual, a delegação de função, as responsabilidades de cada agente dentro do processo de contratação pública no órgão, além de definições quanto às equipes de planejamento, controle de fracionamento de despesas, contratações específicas em cada *campus*, entre outras.

Assim como na reitoria, cada *campus* possui equipe de licitações e contratos, que possui a atribuição de providenciar os processos de contratações específicas da unidade ou, conforme definido no CLC, também gerenciar processos com demandas compartilhadas.

Após o processo de construção do Plano de Contratações Anual, conforme Decreto 10.947/2022, a PROAD/DLC propõe o CLC buscando agrupar demandas comuns para processos compartilhados com o objetivo de economia de escala e racionalização processual, evitando o parcelamento de compras. As demandas específicas de cada unidade ficam a cargo de cada *campus* demandante. Posteriormente, o Comitê de Administração (COAD) analisa, ajusta e aprova a proposta do CLC, conforme prioridades de atendimento das demandas e previsão orçamentária para o exercício, dentre outros critérios.

Em geral, em função dos objetos e valores totais demandados no âmbito do IFRS, os processos compartilhados têm sido providenciados por pregão com Sistema de Registro de Preços. Demandas de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra são contratadas por Pregão Tradicional, com valores estimados a serem faturados conforme execução mensal. As contratações diretas são providenciadas por

cada *campus,* quando previrem valores enquadrados no Art. 75 da Lei nº 14.133/2021 no exercício, observando-se o controle de fracionamento de despesas, a natureza do objeto e a necessidade de fornecimento de material ou serviço por empresas locais, dado o histórico das contratações anteriores. As obras e serviços de engenharia têm sido, preferencialmente, contratadas pelo Regime Diferenciado de Contratações (Lei nº 12.462/2011), exceto quando os valores se enquadram no caso de contratação direta. A partir de 2024, todas as obras serão contratadas pela modalidade de Concorrência, de forma a atender ao novo regime de licitações e contratos.

Quando (ou com que frequência) compramos?

A qualidade de elaboração do Plano de Compras Anual (PCA) do IFRS considera a agregação de bens e serviços de mesma natureza, a execução das demandas planejadas e o cumprimento do calendário de compras. Avaliar esses aspectos revela a eficiência do processo de compras do IFRS e práticas que podem ser aprimoradas.

Conforme mencionado anteriormente, o IFRS realiza processos de contratações com base em demandas planejadas por cada *campus* e reitoria, num processo contínuo durante todo o ano. Também realiza contratações emergenciais, quando verificadas necessidades de atendimento de ocorrências sem possibilidade de previsão, como por exemplo, no caso de rescisões contratuais antecipadas por descumprimento dos contratados; recebimento de recursos extra orçamentários; ocorrência de fatos supervenientes ou movimentos naturais que afetem a estrutura física dos *campi*; entre outros.

O planejamento das demandas institucionais é realizado conforme Decreto 10.947, de 25 de janeiro de 2022, utilizando o sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) do Governo Federal, conforme cronograma que atenda aos prazos e condições do referido Decreto, e considerando alguns critérios que visam a padronização e a facilidade de identificação de demandas no momento da análise dos Documentos de Formalização de Demanda (DFD), como por exemplo: o cadastramento de um DFD para cada classe de itens, observando, preferencialmente um quadro de classes padrão criado pela Diretoria de Licitações e Contratos; o não cadastramento de demandas de itens de material de expediente devido a haver contrato de almoxarifado virtual vigente que supre a demanda da lista de itens desta família; inclusão de demandas em que sejam necessários novos processos de contratações, nos casos de não ser possível uma renovação de contrato; previsão de demandas que considerem a previsão de disponibilidade orçamentária para o ano de execução; entre outros.

A agregação de itens de bens e serviços de objetos de mesma natureza com vistas à organização de um calendário de compras que racionalize os processos de contratações no IFRS tem início no levantamento das demandas, no momento em que cada área requisitante indica suas necessidades de aquisições e contratações, considerando não somente os itens necessários, mas agrupando-os nos DFDs conforme previsão de famílias de itens e classes do CATMAT e CATSER que possam ser adquiridas/contratadas por fornecedores do mesmo ramo de atuação no mercado, facilitando e possibilitando a agregação de demandas em processos de contratações compartilhadas no momento posterior de análise dos DFDs. Na fase de análise das demandas para a proposta do Plano de Contratações Anual (PCA), são verificadas as possibilidades de compartilhamento de processos, ou não, considerando o mercado local, as contratações anteriores, a legislação da área e os sistemas do Compras.gov.

O PCA possui previsão de demandas compartilhadas e específicas. Para as demandas compartilhadas, é construído o Calendário de Licitações Compartilhadas, com a definição de uma unidade como gerenciadora do processo e formação de uma equipe de planejamento. Esta equipe realizará a análise da lista de itens e demais documentos de planejamento, de forma a buscar a homologação dos itens que atendam as necessidades de cada participante do processo, mitigando riscos de itens desertos e fracassados e, por conseguinte, o desatendimento de alguma ação ou objetivo institucional.

A execução das demandas planejadas é avaliada por cada *campus*, que possui Ordenador de despesas próprio com autonomia para o planejamento das ações e execução do seu orçamento, conforme determina a Lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11.892).

Para que haja um adequado planejamento e execução dos processos de contratações, é imprescindível que também haja um bom planejamento de ações institucionais por parte da gestão e das áreas demandantes, prevendo ações sustentáveis, evitando o surgimento de demandas emergenciais ou demandas que não possuam recursos planejados anteriormente, que acabam prejudicando o andamento do planejado no PCA e talvez, a qualidade do gasto institucional.

Quem compra?

A Diretoria de Licitações e Contratos (DLC), na reitoria, coordena a construção do Planejamento Anual de Aquisições e Contratações do IFRS e acompanha seu andamento, prestando suporte técnico e orientando, a partir de uma instrução processual padronizada, com base na legislação vigente, a tomada de decisão nos *campi*

e Reitoria. Em função disso, o IFRS garante uma maior uniformidade nos processos, facilita a negociação com fornecedores e promove uma gestão integrada das aquisições. Essa centralização contribui para a implementação de práticas de compras sustentáveis e alinhadas aos objetivos institucionais.

Em dezembro de 2018, uma comissão intercampi apresentou à gestão um projeto para a implementação de reformulação de Licitações no IFRS, com previsão de uma central de compras, mas não foi possível sua implementação, por diversos motivos.

Reitoria e *campi* possuem equipes para as licitações e gestão de contratos, sendo que as demandas específicas de cada unidade são providenciadas por estas equipes, e as demandas comuns, por processos compartilhados com gerenciadores e equipes de planejamento definidas no Calendário de Licitações Compartilhadas. Os contratos com demandas compartilhadas são gerenciados pela reitoria, e os com demandas específicas das unidades, pelos *campi* demandantes.

O IFRS reduziu a quantidade de UASG em mais de 90%, tendo restado apenas uma única UASG de compras sob o número 158141, para atendimento à solicitação do Ministério da Economia (Nota Técnica SEI 26208/2020/ME da SEGES - processo nº 19973.102456/2020-96).

De quem se compra?

Por fim, identificar o nível de conformidade com os parâmetros de redução do quantitativo de Unidades de Administração de Serviços Gerais (UASG), conforme instituído pela Portaria nº 13.623, de 2019, ajuda a garantir que as compras sejam realizadas de forma mais centralizada e eficiente, fortalecendo a governança nas compras públicas e a eficiência estabelecidas pela instituição.

A maior parte das compras homologadas do IFRS são de empresas ME/EPP quando utilizada a modalidade Pregão. Nas contratações diretas, a maioria dos processos é homologado para empresas de maior porte, levando em conta os valores contratados. Mas há que se considerar que as contratações de energia elétrica, bem como água e esgoto, são os maiores valores despendidos em contratações diretas por inexigibilidade, sendo realizadas para concessionárias não enquadradas como micro e pequenas empresas. Nos casos de Regime Diferenciado de Contratações não foi possível mensurar a participação de ME/EPP, em função do Painel de Compras do Governo Federal não possuir esses dados para extração.

Quadro 7 - Representatividade de empresas ME/EPP nas compras homologadas do IFRS em 2022

ANO	MODALIDADE LICITATÓRIA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO	VALOR HOMOLOGADO ME/EPP	% DE COMPRAS HOMOLOGADAS COM PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP	% DO VALOR DAS COMPRAS HOMOLOGADAS COM PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP
2022	PREGÃO	R$ 48.196.260,41	R$ 26.712.162,06	95,65%	55,42%
	COMPRAS DIRETAS (inexigibilidades e dispensas)	R$ 7.766.463,42	R$ 589.879,72	36,41%	7,60%
	RDC	R$ 9.413.974,46	Sem informação	Sem informação	Sem informação

Fonte: Controles internos DLC, 2023

Quadro 8 - Representatividade de empresas ME/EPP nas compras homologadas do IFRS em 2023

ANO	MODALIDADE LICITATÓRIA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO	VALOR HOMOLOGADO ME/EPP	% DE COMPRAS HOMOLOGADAS COM PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP	% DO VALOR DAS COMPRAS HOMOLOGADAS COM PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP
2023	PREGÃO	R$ 42.106.728,17	R$ 35.202.687,58	97,73%	83,60%
	COMPRAS DIRETAS (inexigibilidades e dispensas)	R$ 17.168.132,54	R$ 2.993.226,77	49,76%	17,43%
	RDC	R$ 8.314.106,37	Sem informação	Sem informação	Sem informação

Fonte: Controles internos DLC, 2023

Os Quadro 7 e Quadro 8 representam dados retirados do Relatório do Painel de Compras do Governo Federal, aba Processos Homologados, na data de 21/08/2024. As informações sobre RDCs foram extraídas da base de dados da DLC.

Pela comparação dos Quadro 7 e Quadro 8, percebe-se que a participação das empresas ME/EPP vem aumentando no IFRS, o que é positivo e vai ao encontro do preconizado na legislação de logística sustentável. Embora a maior participação dessas empresas se dê nos pregões, como já mencionado anteriormente, em ambas as modalidades têm apresentado aumento, sendo o aumento mais significativo na

modalidade de compras diretas. De 2022 para 2023, o incremento da representatividade do % do valor das compras homologadas - com participação de ME/EPP (comparadas a coluna 6 dos Quadro 7 e Quadro 8) foi de 50,84% nos pregões e 129,34% nas compras diretas.

Além dessa relevante participação de empresas ME/EPP nas contratações do IFRS, a instituição tem previsão de critérios de sustentabilidade em praticamente a totalidade das contratações, e em todas elas, a possibilidade de inclusão destes critérios é avaliada.

Algumas ações estratégicas importantes:

1. Opção pelo serviço de *outsourcing* de impressão em todo o IFRS, ao invés da locação e/ou aquisição de impressoras com depreciação de maquinário;
2. Serviço de *outsourcing* de almoxarifado virtual para a racionalização e uso qualitativo dos espaços na instituição, bem como para diminuir custos de armazenamento e gerenciamento de logística;
3. Previsão de serviço de locação de frota de veículos visando diminuir a emissão de gases e o consumo de combustíveis com uma frota mais atualizada;
4. Aquisição de usinas fotovoltaicas para geração de energia limpa;
5. Preferência de contratação de empresas locais para fomento à economia regional nos casos de serviços de engenharia, facilitando a execução do serviço e contratando mão de obra local;
6. Preferência por processos de contratações compartilhadas entre os *campi* quando as demandas se mostrarem comuns, havendo possibilidade de economia de escala e racionalização de processos;
7. Utilização de conta-vinculada em todos os processos de contratações de serviços terceirizados do IFRS, mitigando os riscos de descumprimentos trabalhistas e previdenciários, protegendo as relações de trabalho entre empregados e contratada;
8. Preferência de aquisição de alimentos da agricultura familiar, fomentando a economia local e regional e a segurança alimentar dos alunos do IFRS;
9. Adoção de processos eletrônicos, reduzindo consumo de impressão e papel, além de transporte de processos e armazenagem;
10. Adoção de ferramentas para reuniões e cursos on-line, reduzindo deslocamentos.

O IFRS também possui um Programa Institucional de Eficiência Energética, o qual trata de estudos energéticos e hídricos, que engloba o acompanhamento do consumo de energia dos *campi* e estudos que visam o melhoramento e economia. Algumas edificações já foram e/ou estão sendo construídas de forma mais sustentável com

reaproveitamento da água da chuva para sanitários, paredes duplas com isolamento térmico, telhados com isolamentos, ventilação cruzada, brises nas janelas para melhorar as condições térmicas diminuindo o uso de condicionadores de ar, entre outros. A questão de gerenciamento de resíduos está em fase de planejamento e análise por um engenheiro ambiental.

Instrumentos de Planejamento

Além do diagnóstico detalhado, relativo aos Planos de Logística Sustentável anteriormente executados, às compras, obras, bens e serviços contratados pelo IFRS nos dois anos anteriores, destacamos as seguintes ferramentas internas de gestão e planejamento analisadas, que são relevantes e servem de subsídio para a elaboração deste Plano de Logística Sustentável.

- Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2024-2028;
- Plano de Ação das unidades do IFRS;
- Plano de Logística Sustentável: PLS 2019-2023;
- Plano Anual de Contratações do IFRS: PCA 2024;
- Calendário de Licitações Compartilhadas do IFRS: CLC;
- Plano de Desenvolvimento de Pessoas: PDP do IFRS 2024;
- Relatório de Autoavaliação Institucional do IFRS - 2023;
- Relatório de Gestão Anual.

Inventário de Necessidades

Para a identificação e alinhamento das demandas às diretrizes estratégicas estabelecidas, foi definido um processo que envolveu a análise de situações problemas enfrentados pelo IFRS, mapeando as necessidades que precisam ser atendidas para alcançar os objetivos estratégicos. Esse inventário viabiliza a proposição e priorização de metas e ações, assegurando que as iniciativas estejam alinhadas com as diretrizes estratégicas e contribuam para o cumprimento do objetivo deste plano.

Quadro 9 - Situações Problemas / Inventário de Necessidades

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	EIXO TEMÁTICO	SITUAÇÕES PROBLEMAS / INVENTÁRIO DE NECESSIDADES
D1 - Ensino, pesquisa e extensão como incentivadores	E3 - IDENTIFICAÇÃO DOS OBJETOS DE MENOR IMPACTO AMBIENTAL	Necessidade de ampliar o número de ações de ensino, pesquisa e extensão que: (1) proporcione debate e ações que mitiguem os impactos das mudanças climáticas; (2) promovam ações relacionadas aos objetivos de

do desenvolvimento sustentável		desenvolvimento sustentável.
	E4 - FOMENTO À INOVAÇÃO NO MERCADO	Necessidade de fortalecer a ciência, tecnologia e inovação a fim de promover a inovação no mercado de forma sustentável, desenvolvendo tecnologias sustentáveis e que reduzam o impacto ambiental.
	E6 - DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO	Distanciamento entre o PLS e os grupos de pesquisa e extensão da instituição ligados ao tema. Em 2022 e 2023, poucos *campi* indicaram alguma iniciativa do PLS relacionada ao fomento desses projetos; Ausência de um ambiente para discussão institucional e intercampi sobre sustentabilidade, com participação dos especialistas sobre o assunto, em exercício na instituição.
D2 - Sustentabilidade em compras e contratos públicos	E3 - IDENTIFICAÇÃO DOS OBJETOS DE MENOR IMPACTO AMBIENTAL	Dificuldade na identificação de itens sustentáveis pela área requisitante, e quando identificado, geralmente o custo do item é maior; Ausência de normativas internas para a definição de condições e limites para a aquisição e uso de substâncias e compostos químicos nocivos à saúde e ao meio ambiente dentro da instituição; Necessidade de superar a cultura de padrão de contratação (viés de *status quo*), indo além da tendência de manter os padrões de contratação existentes, que podem não levar em consideração os aspectos ambientais. Requer uma mudança cultural e de inovação nas organizações; Necessidade de formação de um Grupo de Trabalho (GT) permanente no IFRS dedicado à realização de Avaliações do Ciclo de Vida (ACV) de acordo com normas ABNT ISO 14.040 e 14.044 visando fornecer subsídios para melhores especificações às compras e contratações públicas.
	E5 - NEGÓCIOS DE IMPACTO NAS CONTRATAÇÕES	Ausência de instrumentos para mapear e quantificar compras e contratações celebradas com negócios de impacto.
D3 - Sustentabilidade em ações cotidianas	E1 - RACIONALIZAÇÃO E CONSUMO CONSCIENTE	Necessidade de fortalecer iniciativas e estudos de estratégias para a redução da dependência de climatização artificial nos locais de trabalho; Necessidade de fortalecer ações relativas ao reaproveitamento de recursos hídricos; Dificuldade no processo de mapeamento e acompanhamento do consumo de recursos hídricos, energéticos, bem como de ações em prol da coleta seletiva e da destinação adequada de resíduos; Necessidade de ampliar e institucionalizar ações a respeito da racionalização e consumo consciente; Ausência de política ou projeto que analise a realidade

		de cada unidade para viabilizar a melhor sistemática de coleta de resíduos para a instituição.
	E2 - RACIONALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS	Necessidade de otimizar a Relação Aluno Professor (RAP) em atendimento às diretrizes governamentais 20/1 (Indicador RAP da PNP); Ausência de dimensionamento e mapeamento dos processos de trabalho unificados no IFRS; Existência de espaços ociosos acadêmicos e administrativos nos turnos de funcionamento da instituição.
	E6 - DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO	Ausência de Política de Sustentabilidade no IFRS; Ausência de um programa de capacitação continuada sobre sustentabilidade na comunidade do IFRS;

Fonte: Comissão Central PLS 2024-2028

Plano de Metas e Ações

O Plano de Metas e Ações foi elaborado a partir do Inventário de Necessidades como sendo uma resposta às demandas identificadas durante a análise das situações-problema do IFRS. Esse plano visa atender as necessidades mapeadas em ações concretas. Ao vincular o inventário ao planejamento de metas, o IFRS assegura que os recursos sejam direcionados para resolver os problemas identificados, promovendo avanços significativos no cumprimento das diretrizes estratégicas. Todos os quadros abaixo foram elaborados pela Comissão Central PLS 2024-2028 para organizar, orientar e alinhar os esforços necessários para execução do Plano de Logística Sustentável proposto.

Quadro 10 - Meta 1: Aumentar 5% o número de projetos, ações e tecnologias de sustentabilidade, preservação e conscientização ambiental

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	D1 - Ensino, pesquisa e extensão como incentivadores do desenvolvimento sustentável.
EIXO TEMÁTICO	E3 - IDENTIFICAÇÃO DOS OBJETOS DE MENOR IMPACTO AMBIENTAL; E4 - FOMENTO À INOVAÇÃO NO MERCADO.
SITUAÇÕES PROBLEMAS / INVENTÁRIO DE NECESSIDADES	Necessidade de ampliar o número de ações de ensino, pesquisa e extensão que: (1) proporcione debate e ações que mitiguem os impactos das mudanças climáticas; (2) promovam ações relacionadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável.
OBJETIVO	- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (Lei de Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Lei nº 11.892/2008.

	Seção II, art. 6º, inciso IX); - Contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas através de projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (LEI Nº 14.802, DE 10 DE JANEIRO DE 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. LEI Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - Institui a Política Nacional de Educação Ambiental).
META	**1. Aumentar 5% o número de projetos, ações e tecnologias de sustentabilidade, preservação e conscientização ambiental.**
INDICADOR	- Número de membros de projetos ou ações aprovadas no SIGAA vinculados aos ODSs 2, 4, 6, 7, 11,12 e 13; - Número de Tecnologias e Produtos Técnicos e Tecnológicos registrados no Integra vinculados aos ODSs 2, 4, 6, 7, 11,12 e 13.
FONTE DE EXTRAÇÃO DOS DADOS	SIGAA
AÇÕES	- Incentivar os projetos dos campi a desenvolver ações sobre sustentabilidade voltadas para toda comunidade acadêmica; - Incluir na classificação das propostas de projeto critérios de sustentabilidade; - Fomentar o desenvolvimento de soluções inovadoras prevendo alguma premiação ou incentivo para projetos em destaque; - Estimular a busca de publicações científicas que levem o nome da Instituição.
RESPONSÁVEIS	Pró-Reitorias e Gestores de Ensino, Pesquisa e Extensão.
PRAZOS	2029
RECURSOS NECESSÁRIOS *	Financeiros e Humanos
RISCOS ENVOLVIDOS	Risco 1: Baixo envolvimento de servidores nas ações da área de sustentabilidade. - Probabilidade: Alta, Impacto: Médio - Mitigação: Realizar campanhas de sensibilização e workshops para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Criar políticas institucionais que incentivem a participação, como carga horária para docentes e certificados para alunos. Risco 2: Falta de recursos financeiros e humanos para implementar as ações planejadas. - Probabilidade: Média, Impacto: Alto - Mitigação: Propor editais internos para viabilização de projetos. Alocar recursos do orçamento institucional de forma estratégica para áreas prioritárias. Buscar fontes de financiamento governamentais. Risco 3: Dificuldade em mensurar o impacto real das ações e projetos desenvolvidos. - Probabilidade: Baixa, Impacto: Médio - Mitigação: Padronizar a metodologia de coleta e análise de dados, utilizando ferramentas como SIGAA e Integra para monitorar indicadores específicos vinculados aos ODS. Oferecer treinamento para os responsáveis pelo registro de

	dados. Risco 4: Prazo extenso (2029) diluindo o senso de urgência na execução das ações. - Probabilidade: Média, Impacto: Médio - Mitigação: Dividir o prazo em metas intermediárias, criando *checkpoints* anuais para acompanhar o progresso e realizar ajustes quando necessário. Implementar relatórios periódicos para engajar as áreas responsáveis.

Fonte: Comissão Central PLS 2024-2028.

Quadro 11 - Meta 2: Aumentar o número de participantes em capacitações propostas pela instituição relacionadas aos objetivos e metas do PLS em 10% ao ano

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	D1 - Ensino, pesquisa e extensão como incentivadores do desenvolvimento sustentável.
EIXO TEMÁTICO	E6 - DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO.
SITUAÇÕES PROBLEMAS / INVENTÁRIO DE NECESSIDADES	- Distanciamento entre o PLS e os grupos de pesquisa e extensão da instituição ligados ao tema. Em 2022 e 2023, poucos campi indicaram alguma iniciativa do PLS relacionada ao fomento desses projetos; - Ausência de um ambiente para discussão institucional e intercampi sobre sustentabilidade, com participação dos especialistas sobre o assunto, em exercício na instituição.
OBJETIVO	PC3 - Promover a capacitação/qualificação dos servidores com foco nos objetivos estratégicos institucionais (PDI IFRS 2024-2028).
META	**2. Aumentar o número de participantes em capacitações propostas pela instituição relacionadas ao objetivos e metas do PLS em 10% ao ano.**
INDICADOR	Número de participantes em ações de capacitação vinculadas ao PLS.
FONTE DE EXTRAÇÃO DOS DADOS	Controles internos da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e das Coordenadorias de Gestão de Pessoas (CGPs).
AÇÕES	- Incluir campo nos formulários de: projeto de cursos de capacitação *in company* e participação isolada, previstos nos processos atuais da DGP, que vincule a ação aos objetivos ou metas do PLS; - Divulgar as alterações dos formulários; - Incentivar a promoção desse tipo de capacitação vinculada ao PLS; - Incentivar os projetos dos campi a desenvolver ações sobre sustentabilidade voltadas para toda comunidade acadêmica; - Definir tema emergente para cada semestre.
RESPONSÁVEIS	Gestores de Pessoas da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e das Coordenadorias de Gestão de Pessoas (CGPs).
PRAZOS	2029

RECURSOS NECESSÁRIOS *	Financeiros e Humanos
RISCOS ENVOLVIDOS	Risco 1: Distanciamento entre o PLS e os grupos de pesquisa e extensão. - Probabilidade: Alta, Impacto: Alto - Mitigação: Criar encontros regulares, como *workshops* e seminários, para integrar os grupos de pesquisa e extensão ao PLS e aumentar a conscientização sobre a relevância do plano; estabelecer metas e incentivos para os grupos de pesquisa e extensão que se engajarem com o PLS, como reconhecimento institucional ou financiamento de projetos específicos; utilizar canais de comunicação eficientes para divulgar as ações e metas do PLS. Risco 2: Ausência de um ambiente para discussão institucional e intercampi sobre sustentabilidade. - Probabilidade: Média, Impacto: Alto - Mitigação: Estabelecer um espaço para discussões periódicas sobre sustentabilidade, envolvendo especialistas, professores e alunos de diferentes campi. Incentivar especialistas a liderar discussões e ações sobre sustentabilidade. Risco 3: Baixo envolvimento de servidores na área de sustentabilidade para oferta de capacitações internas. - Probabilidade: Alta, Impacto: Médio - Mitigação: Promoção e comunicação eficaz, oferecer incentivos, integrar ao currículo, definir temas emergentes de interesse.

Fonte: Comissão Central PLS 2024-2028

Quadro 12 - Meta 3: Aumentar a divulgação e conscientização sobre o PLS em 10% ao ano

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	D1 - Ensino, pesquisa e extensão como incentivadores do desenvolvimento sustentável.
EIXO TEMÁTICO	E6 - DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO.
SITUAÇÕES PROBLEMAS / INVENTÁRIO DE NECESSIDADES	- Distanciamento entre o PLS e os grupos de pesquisa e extensão da instituição ligados ao tema. Em 2022 e 2023, poucos campi indicaram alguma iniciativa do PLS relacionada ao fomento desses projetos; - Ausência de um ambiente para discussão institucional e intercampi sobre sustentabilidade, com participação dos especialistas sobre o assunto, em exercício na instituição.
OBJETIVO	PC3-Promover a capacitação/qualificação dos servidores com foco nos objetivos estratégicos institucionais (PDI IFRS 2024-2028).
META	**3. Aumentar a divulgação e conscientização sobre o PLS em 10% ao ano.**
INDICADOR	Quantidade de notícias vinculadas ao tema sustentabilidade no site da instituição.
FONTE DE	

EXTRAÇÃO DOS DADOS	Site Oficial do IFRS (marcações de notícias).
AÇÕES	- Realizar campanhas semestrais de divulgação do PLS junto ao setor de Comunicação; - Realizar campanhas com o objetivo de reduzir a aquisição/consumo de materiais de alto impacto ambiental (óleos lubrificantes, pesticidas/agrotóxicos, reagentes de laboratórios), bem como buscar alternativas de substituição mais sustentáveis.
RESPONSÁVEIS	Departamento de Comunicação.
PRAZOS	2029
RECURSOS NECESSÁRIOS *	Humanos
RISCOS ENVOLVIDOS	Risco 1: A execução das ações pode ser comprometida pela falta de equipe capacitada para lidar com as demandas externas e do PLS. - Probabilidade: Média, Impacto: Alto - Mitigação: Realizar levantamento de necessidades de pessoal para atender às prioridades do PLS. Risco 2: Falta de coordenação com os *campi* para alinhamento das ações podendo levar à duplicação de esforços ou lacunas nas iniciativas. - Probabilidade: Média, Impacto: Baixo - Mitigação: Estabelecer um comitê central de coordenação do PLS com representantes de cada *campus*. Utilizar SIGPP e Metabase para acompanhamento e comunicação, garantindo alinhamento contínuo.

Fonte: Comissão Central PLS 2024-2028

Quadro 13 - Meta 4: Atingir 95% das contratações com critérios de sustentabilidade ambiental, econômico e social até 2029

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	D2 - Sustentabilidade em compras e contratos públicos.
EIXO TEMÁTICO	E3 - IDENTIFICAÇÃO DOS OBJETOS DE MENOR IMPACTO AMBIENTAL.
SITUAÇÕES PROBLEMAS / INVENTÁRIO DE NECESSIDADES	- Dificuldade na identificação de itens sustentáveis pela área requisitante, e quando identificado, geralmente o custo do item é maior; - Ausência de normativas internas para a definição de condições e limites para a aquisição e uso de substâncias e compostos químicos nocivos à saúde e ao meio ambiente dentro da instituição; - Necessidade de superar a cultura de padrão de contratação (viés de *status quo*), indo além da tendência de manter os padrões de contratação existentes, que podem não levar em consideração os aspectos ambientais. Requer uma mudança cultural e de inovação nas organizações; - Necessidade de formação de um Grupo de Trabalho (GT) permanente no IFRS dedicado à realização de Avaliações do Ciclo de Vida (ACV) de acordo com normas ABNT ISO 14.040 e 14.044 visando fornecer subsídios para melhores especificações

	às compras e contratações públicas.
OBJETIVO	- Incentivar compras públicas sustentáveis para aquisição de materiais e para contratações de serviços e de investimentos (EFD 2020-2031, item 4.3.4 Desafio: promover oportunidades de negócios sustentáveis em meio ambiente, Decreto nº 10.531, de 2020); - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais; (Agenda 2030 - Objetivo 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis).
META	**4. Atingir 95% das contratações com critérios de sustentabilidade ambiental, econômico e social até 2029.**
INDICADOR	Número de processos com indicação de critérios de sustentabilidade (identificação no Documento de Formalização da Demanda).
FONTE DE EXTRAÇÃO DOS DADOS	SIPAC
AÇÕES	- Incluir marcador de previsão de critério de sustentabilidade no documento de formalização da demanda; - Ofertar capacitação para identificação de critérios sustentáveis na fase de planejamento das contratações do IFRS.
RESPONSÁVEIS	PROAD e correspondentes departamentos nos campi.
PRAZOS	2029
RECURSOS NECESSÁRIOS *	Financeiros e Humanos
RISCOS ENVOLVIDOS	Risco 1: Dificuldade na identificação de itens sustentáveis pela área requisitante. - Probabilidade: Média, Impacto: Alto - Mitigação: Desenvolver um catálogo interno com fornecedores e produtos previamente avaliados quanto à sustentabilidade. Promover capacitações regulares para as áreas requisitantes sobre identificação de itens sustentáveis, incluindo exemplos práticos e diretrizes objetivas. Risco 2: Custos mais elevados de itens sustentáveis. - Probabilidade: Alta, Impacto: Médio - Mitigação: Realizar estudos de custo-benefício destacando os ganhos ambientais e econômicos de longo prazo. Buscar parcerias ou incentivos governamentais para reduzir o impacto financeiro inicial. Incluir critérios de sustentabilidade como diferencial competitivo em editais, possibilitando negociações mais favoráveis. Risco 3: A execução das ações pode ser comprometida pela insuficiência de recursos humanos para fins de capacitação, planejamento e fiscalização de compras e contratos no que tange a critérios de sustentabilidade suficientes ou capacitados para lidar com as demandas do PLS. - Probabilidade: Média, Impacto: Alto - Mitigação: Realizar levantamento de necessidades de pessoal para atender às

	prioridades do PLS.

Fonte: Comissão Central PLS 2024-2028

Quadro 14 - Meta 5: Aumentar 5% por ano o valor relativo às compras anuais de alimentos da agricultura familiar

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	D2 - Sustentabilidade em compras e contratos públicos.
EIXO TEMÁTICO	E5 - NEGÓCIOS DE IMPACTO NAS CONTRATAÇÕES.
SITUAÇÕES PROBLEMAS / INVENTÁRIO DE NECESSIDADES	- Ausência de instrumentos para mapear e quantificar compras e contratações celebradas com negócios de impacto.
OBJETIVO	- Observar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratos (Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, de 2021, art. 5º.)
META	**5. Aumentar 5% por ano o valor relativo às compras anuais de alimentos da agricultura familiar.**
INDICADOR	Valor homologado dos processos de dispensa de licitação com base no Programa PAA mais o valor liquidado do FNDE relativo aos processos de dispensa de licitação no programa PNAE.
FONTE DE EXTRAÇÃO DOS DADOS	Controles internos da DLC.
AÇÕES	-Realizar contratações para compras de alimentos em aderência com os programas PNAE e PAA; -Ampliar a aquisição de alimentos da agricultura familiar para eventos institucionais.
RESPONSÁVEIS	PROAD e Gestão dos Campi (Desenvolvimento Institucional, Administração, Ensino, Pesquisa e Extensão).
PRAZOS	2029
RECURSOS NECESSÁRIOS *	Humanos
RISCOS ENVOLVIDOS	Risco 1: Ausência de instrumentos para mapear e quantificar compras e contratações com negócios de impacto. - Probabilidade: Alta, Impacto: Alto - Mitigação: Desenvolver e implementar no SIPAC instrumentos que permitam o registro e monitoramento de compras e contratações relacionadas a negócios de impacto. Realizar capacitações para os responsáveis pelas contratações, garantindo

	que os dados sejam registrados de forma padronizada no SIPAC. Risco 2: Condições climáticas desfavoráveis afetando a produção da agricultura familiar. - Probabilidade: Alta, Impacto: Alto - Mitigação: Estabelecer contratos com fornecedores diversificados para minimizar impactos localizados. Criar um plano de contingência para situações de escassez, com alternativas de compra emergencial de itens essenciais. Fomentar parcerias com cooperativas que possuam resiliência climática, como produção em estufas ou manejo sustentável. Risco 3: Não recebimento do recurso do FNDE. - Probabilidade: Média, Impacto: Alto - Mitigação: Diversificar as fontes de financiamento por meio de parcerias com outras instituições e programas de incentivo. Planejar o orçamento institucional para alocar recursos próprios de forma estratégica, priorizando as compras da agricultura familiar. Negociar cronogramas de pagamento diretamente com os fornecedores, reduzindo o impacto de atrasos no repasse. Risco 4: Baixa adesão dos agricultores familiares aos programas PNAE e PAA. - Probabilidade: Média, Impacto: Alto - Mitigação: Fortalecer a comunicação com os produtores locais, promovendo *workshops* e eventos que esclareçam os processos de participação nos programas. Estimular a criação de cooperativas e associações para facilitar o acesso aos editais. Simplificar os requisitos de participação, sempre em conformidade com as normas vigentes.

Fonte: Comissão Central PLS 2024-2028

Quadro 15 - Meta 6: Aumentar 5% por ano o número de contratações de micro e pequenas empresas para a prestação de serviços, inclusive de engenharia.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	D2 - Sustentabilidade em compras e contratos públicos.
EIXO TEMÁTICO	E5 - NEGÓCIOS DE IMPACTO NAS CONTRATAÇÕES.
SITUAÇÕES PROBLEMAS / INVENTÁRIO DE NECESSIDADES	- Ausência de instrumentos para mapear e quantificar compras e contratações celebradas com negócios de impacto.
OBJETIVO	- Observar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratos (Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, de 2021, art. 5º).
META	**6. Aumentar 5% por ano o número de contratações de micro e pequenas empresas para a prestação de serviços, inclusive de engenharia.**
INDICADOR	Número de processos de contratações de ME/EPP no IFRS.

FONTE DE EXTRAÇÃO DOS DADOS	Painel de Compras do Governo Federal.
AÇÕES	Realizar contratação direta de empresas ME/EPP para a prestação de serviços, inclusive de engenharia, caso o valor da contratação esteja dentro dos limites do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021, observado o controle de fracionamento de despesas e a garantia do caráter competitivo da contratação.
RESPONSÁVEIS	PROAD e correspondentes departamentos nos campi.
PRAZOS	2029
RECURSOS NECESSÁRIOS *	Humanos
RISCOS ENVOLVIDOS	Risco 1: Dificuldade em encontrar fornecedores ME/EPPs para todos os tipos de demandas. - Probabilidade: Média, Impacto: Alto - Mitigação: Criar campanhas de divulgação e sensibilização junto a ME/EPPs locais para ampliar a participação em processos licitatórios. Incentivar o cadastramento de fornecedores no SICAF e promover oficinas para orientar as empresas sobre os requisitos necessários para a habilitação. Manter uma base de dados atualizada com fornecedores cadastrados e qualificados para diferentes demandas. Risco 2: Dificuldade de encontrar empresas com registro no SICAF e problemas de habilitação. - Probabilidade: Média, Impacto: Alto - Mitigação: Promover capacitações para ME/EPPs locais com foco nos requisitos de habilitação, incluindo o processo de registro no SICAF. Oferecer suporte técnico, como guias explicativos e atendimento personalizado, para facilitar o processo de habilitação. Estabelecer parcerias com entidades como SEBRAE para auxiliar as empresas na regularização de documentos e processos. Risco 3: Risco de direcionamento da contratação, diminuindo a competitividade no mercado. - Probabilidade: Baixa, Impacto: Alto - Mitigação: Implementar mecanismos de controle interno e auditorias periódicas para garantir transparência nos processos de contratação. Estimular a ampla divulgação dos processos de compra para aumentar a competitividade entre fornecedores. Garantir que os critérios de contratação respeitem rigorosamente a legislação vigente, evitando práticas que possam limitar a concorrência.

Fonte: Comissão Central PLS 2024-2028

Quadro 16 - Meta 7: Reduzir 5% o consumo de energia nas instalações comparado ao exercício anterior.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	D3 - Sustentabilidade em ações cotidianas.
EIXO TEMÁTICO	E1 - RACIONALIZAÇÃO E CONSUMO CONSCIENTE.
SITUAÇÕES PROBLEMAS / INVENTÁRIO DE NECESSIDADES	- Necessidade de fortalecer iniciativas e estudos de estratégias para a redução da dependência de climatização artificial nos locais de trabalho; - Necessidade de fortalecer ações relativas à reaproveitamento de recursos hídricos; - Dificuldade no processo de mapeamento e acompanhamento do consumo de recursos hídricos, energéticos, bem como de ações em prol da coleta seletiva e da destinação adequada de resíduos; - Necessidade de ampliar e institucionalizar ações a respeito da racionalização e consumo consciente; - Ausência de política ou projeto que analise a realidade de cada unidade para viabilizar a melhor sistemática de coleta de resíduos para a instituição.
OBJETIVO	- O3: Desenvolver meios de economicidade (PDI IFRS 2024-2028).
META	**7. Reduzir 5% o consumo de energia nas instalações comparado ao exercício anterior.**
INDICADOR	Indicador Energia em kWh: Média anual da energia consumida (kWh) dividida pela média anual do somatório de servidores e alunos.
FONTE DE EXTRAÇÃO DOS DADOS	SIAPENET, SISTEC e controles internos da DPO.
AÇÕES	- Realizar ações de redução da dependência de climatização artificial; - Reduzir a dependência de sistemas de climatização artificial e, quando não for possível, substituir equipamentos antigos por outros com maior eficiência energética; - Reduzir o consumo de energia elétrica promovendo a substituição por sistemas de iluminação mais eficientes (lâmpadas de led e sistemas temporizados, por exemplo).
RESPONSÁVEIS	PROAD, PRODI e DGP
PRAZOS	2029
RECURSOS NECESSÁRIOS *	Financeiros e Humanos
RISCOS ENVOLVIDOS	Risco 1: A falta de financiamento adequado pode dificultar a execução das ações previstas, especialmente aquelas que envolvem investimentos iniciais, como a substituição de equipamentos antigos e a implementação de sistemas de eficiência energética. - Probabilidade: Média, Impacto: Alto - Mitigação: Buscar parcerias com entidades públicas e privadas para obtenção de recursos financeiros, como patrocínios e convênios. Incluir as ações de

	sustentabilidade no planejamento orçamentário anual, priorizando investimentos em eficiência energética e sustentabilidade. Realizar uma análise de viabilidade e retorno sobre investimento (ROI) para demonstrar o impacto positivo das ações, justificado pela redução dos custos operacionais a longo prazo. Risco 2: A falta de engajamento e conscientização de servidores e alunos pode comprometer a implementação eficaz das ações de racionalização e consumo consciente de recursos, afetando o cumprimento das metas estabelecidas. - Probabilidade: Média, Impacto: Médio - Mitigação: Realizar campanhas de conscientização contínuas sobre a importância do consumo responsável de energia e água. Incluir ações de sustentabilidade no currículo acadêmico e como parte das atividades extracurriculares.

Fonte: Comissão Central PLS 2024-2028

Quadro 17 - Meta 8: Reduzir 5% o consumo de água comparado ao exercício anterior

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	D3 - Sustentabilidade em ações cotidianas.
EIXO TEMÁTICO	E1 - RACIONALIZAÇÃO E CONSUMO CONSCIENTE.
SITUAÇÕES PROBLEMAS / INVENTÁRIO DE NECESSIDADES	- Necessidade de fortalecer iniciativas e estudos de estratégias para a redução da dependência de climatização artificial nos locais de trabalho; - Necessidade de fortalecer ações relativas à reaproveitamento de recursos hídricos; - Dificuldade no processo de mapeamento e acompanhamento do consumo de recursos hídricos, energéticos, bem como de ações em prol da coleta seletiva e da destinação adequada de resíduos; - Necessidade de ampliar e institucionalizar ações a respeito da racionalização e consumo consciente; - Ausência de política ou projeto que analise a realidade de cada unidade para viabilizar a melhor sistemática de coleta de resíduos para a instituição.
OBJETIVO	- O3: Desenvolver meios de economicidade (PDI IFRS 2024-2028).
META	**8. Reduzir 5% o consumo de água comparado ao exercício anterior.**
INDICADOR	Indicador Água em m^3: Média anual do volume de água consumido (m^3) dividido pela média anual do somatório de servidores e alunos.
FONTE DE EXTRAÇÃO DOS DADOS	SIAPENET, SISTEC e controles internos da DPO.
AÇÕES	- Realizar ações para redução no consumo de água potável; - Reduzir o consumo de água potável e realizar o mapeamento regular das instalações hidro sanitárias priorizando ações de manutenção preventiva e corretiva.
RESPONSÁVEIS	PROAD, PRODI e DGP

PRAZOS	2029
RECURSOS NECESSÁRIOS *	Financeiros e Humanos
RISCOS ENVOLVIDOS	Risco 1: Ausência de recursos financeiros apropriados para a execução das ações. - Probabilidade: Alta, Impacto: Alto - Mitigação: Buscar parcerias externas, como com empresas de eficiência energética e programas de fomento governamental, para obtenção de recursos. Priorizar ações de maior impacto com menor custo inicial, como substituição gradual de lâmpadas por LEDs. Incluir no planejamento orçamentário anual uma reserva específica para projetos de racionalização de consumo. Risco 2: Falta de conscientização da comunidade acadêmica na utilização dos recursos (água e luz). - Probabilidade: Média, Impacto: Alto Mitigação: Realizar campanhas educativas periódicas para alunos e servidores sobre o uso consciente de energia e água, destacando os benefícios ambientais e econômicos. Implantar sistemas de monitoramento de consumo visíveis para a comunidade, com metas de redução e acompanhamento em tempo real. Promover ações de engajamento, como competições entre setores ou unidades para alcançar metas de redução.

Fonte: Comissão Central PLS 2024-2028

Quadro 18 - Meta 9: Garantir a RAP em conformidade com os parâmetros governamentais.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	D3 - Sustentabilidade em ações cotidianas.
EIXO TEMÁTICO	E2 - RACIONALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS.
SITUAÇÕES PROBLEMAS / INVENTÁRIO DE NECESSIDADES	- Necessidade de otimizar a Relação Aluno Professor (RAP) em atendimento às diretrizes governamentais 20/1 (Indicador RAP da PNP); - Ausência de dimensionamento e mapeamento dos processos de trabalho unificados no IFRS; - Existência de espaços ociosos acadêmicos e administrativos nos turnos de funcionamento da instituição.
OBJETIVO	- O1: Fomentar infraestrutura adequada a todas as unidades do IFRS (PDI IFRS 2024-2028).
META	**9. Garantir a RAP em conformidade com os parâmetros governamentais.**
INDICADOR	Relação entre o total de alunos matriculados pelo número de professores por campus.

FONTE DE EXTRAÇÃO DOS DADOS	SISTEC e SIAPENET
AÇÕES	- Ampliar a oferta de vagas de ingresso discente no intuito de aumentar a RAP (principalmente na modalidade integrada, para atendimento aos percentuais legais); - Otimizar a força de trabalho de docentes das áreas técnicas ampliando a verticalização e a oferta de vagas de ingresso discente em cursos na modalidade pós médio.
RESPONSÁVEIS	PROEN e correspondentes departamentos nos campi
PRAZOS	2029
RECURSOS NECESSÁRIOS *	Humanos
RISCOS ENVOLVIDOS	Risco 1: Manutenção de cursos com vagas ociosas no Processo seletivo. - Probabilidade: Média, Impacto: Alto Mitigação: Realizar levantamento adequado das demandas regionais de acordo com os Arranjos Produtivos Locais (APL's) alinhados com uma pesquisa de demanda consistente e com planejamento adequado da Oferta de Cursos e Vagas (OCV) para o período de vigência do PDI. Promover a atualização dos Planos de Ensino dos cursos ofertados. Risco 2: Divulgação insuficiente do Processo Seletivo e consequente falta de conhecimento do público alvo em relação a oferta de vagas. - Probabilidade: Média, Impacto: Alto Mitigação: Ampliar o processo de divulgação nos mais diversos canais de comunicação e durante o maior tempo possível. Risco 3: Possibilidade de redução da RAP por dificuldades de aplicação da Política de Permanência e Êxito. - Probabilidade: Alta, Impacto: Alto - Mitigação: Ampliar o suporte para a equipe de Assistência Estudantil.

Fonte: Comissão Central PLS 2024-2028

Quadro 19 - Meta 10: Publicar a Política de Sustentabilidade Ambiental

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	D3 - Sustentabilidade em ações cotidianas.
EIXO TEMÁTICO	E6 - DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO.
SITUAÇÕES PROBLEMAS / INVENTÁRIO DE NECESSIDADES	- Ausência de Política de Sustentabilidade do IFRS; - Ausência de um programa de capacitação continuada sobre sustentabilidade na comunidade do IFRS.

OBJETIVO	- P2: Aprimorar e consolidar a política de Sustentabilidade ambiental (PDI IFRS 2024-2028).
META	**10. Publicar a Política de Sustentabilidade Ambiental.**
INDICADOR	Política publicada
FONTE DE EXTRAÇÃO DE DADOS	Resoluções do Consup
AÇÕES	Elaborar o documento referente a Política de Sustentabilidade Ambiental do IFRS.
RESPONSÁVEIS	Comissão Central do PLS 2024-2029
PRAZOS	2029
RECURSOS NECESSÁRIOS *	Humanos
RISCOS ENVOLVIDOS	Risco 1: Alta demanda de trabalho dos servidores que compõe a Comissão Central do PLS 2024-2029. - Probabilidade: Alta, Impacto: Alto - Mitigação: Formar uma equipe multidisciplinar com representantes de diferentes unidades do IFRS para dividir responsabilidades e otimizar o processo de elaboração da Política de Sustentabilidade Ambiental. Estabelecer um cronograma com etapas claras e prazos intermediários para a construção do documento, garantindo a alocação de tempo adequado. Integrar essa ação às atividades prioritárias do PLS, garantindo foco e recursos dedicados.

Fonte: Comissão Central PLS 2024-2028

Monitoramento e Avaliação

Os procedimentos de monitoramento e avaliação do Plano de Logística Sustentável (PLS) será um processo contínuo e cíclico orientado pela metodologia DMAIC (Definir, Medir, Analisar, Melhorar e Controlar):

1. Definir: a comissão central/gestora, a partir das ações elaboradas para atendimento das metas institucionais estabelecidas, revisará e ajustará em cada ciclo anual, as metas do plano, considerando os resultados do ano anterior e as mudanças no ambiente interno e externo do IFRS.
2. Medir: durante a execução do plano no ano executivo, a Comissão Central do PLS e os servidores responsáveis pela execução do Plano realizarão a coleta e análise dos dados dos indicadores definidos. Por meio do Metabase, os dados serão extraídos de sistemas oficiais, institucionais e controles internos consolidados, e transformados em relatórios e painéis dinâmicos. Essa

abordagem permitirá avaliar o desempenho de ações específicas e o alcance de metas anuais e comparar os resultados do ano em questão com anos anteriores. Os dados medidos serão consolidados no SIGPP, proporcionando uma visão integrada e detalhada do progresso das ações previstas. Serão informadas as iniciativas executadas da ação, obstáculos e desafios futuros.

3. Analisar: considerando os dados coletados, a fase de análise investigará as causas dos problemas e desvios identificados, bem como oportunidades de melhoria. Essa etapa incluirá a avaliação dos fatores que impactaram o desempenho dos indicadores de sustentabilidade e a gestão de riscos associada ao plano.
4. Melhorar: nesta fase serão levantadas propostas de ajustes nas metas, indicadores e ações, fundamentadas em evidências extraídas do Metabase e relatórios do SIGPP. A etapa de melhoria terá como objetivo propor ações que aprimorem a eficiência e sustentabilidade dos processos institucionais. As propostas serão validadas e priorizadas pela Comissão Central e poderão ser adotadas ou não.
5. Controlar: a última fase estabelecerá mecanismos de monitoramento contínuo para garantir que as melhorias implementadas sejam duradouras e integradas às rotinas institucionais, envolvendo o uso do Metabase para acompanhamento em tempo real dos indicadores e identificação de possíveis desvios durante o ciclo e a atualização e validação das ações no SIGPP, garantindo a rastreabilidade e a transparência das atividades realizadas.

Esse processo cíclico será repetido anualmente, consolidando o PLS como um instrumento dinâmico, adaptável e alinhado às diretrizes do IFRS. Além desse processo, o IFRS emitirá relatório anual de acompanhamento do plano.

A instrumentalização do processo fará uso das ferramentas Metabase[4] e SIGPP (Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos)[5] do IFRS para garantir uma gestão eficiente e baseada em dados.

O Metabase, como ferramenta de *Business Intelligence* (BI), viabiliza a criação de painéis e relatórios interativos e dinâmicos para acompanhar os indicadores de desempenho do PLS, assim como ocorreu na edição anterior[6] deste plano. Por meio de integrações com bancos de dados institucionais, como o SIGAA e o SIPAC, é possível visualizar a medição dos indicadores através de gráficos e tabelas. Com isso, gestores de

[4] https://metabase.ifrs.edu.br/
[5] https://sig.ifrs.edu.br/sigpp/
[6] https://ifrs.edu.br/desenvolvimento-institucional/planejamento-estrategico/plano-de-logistica-sustentavel-pls/

desenvolvimento institucional poderão identificar desvios em relação às metas, tendências de melhoria ou retrocessos, e tomar decisões baseadas em dados.

Já o SIGPP, como sistema interno de planejamento do IFRS, será utilizado para o registro, acompanhamento e avaliação das ações previstas no PLS. O SIGPP permite o registro das metas anuais, o detalhamento das ações com prazos e responsáveis, e a geração de relatórios periódicos para avaliação de resultados.

Ao combinar o Metabase para monitoramento contínuo e visualização analítica com o SIGPP para gestão operacional e avaliação formal, será possível implementar um processo de gestão integrada e eficiente do PLS, promovendo ações sustentáveis de forma planejada e com resultados mensuráveis.

O PLS aqui definido consolida o compromisso institucional com a sustentabilidade, promovendo práticas que alinham eficiência operacional, responsabilidade ambiental e gestão estratégica. Ao integrar diretrizes, metas e ações, o PLS não apenas contribui para a redução de impactos ambientais, mas também fortalece a cultura organizacional em torno de valores sustentáveis. Com o apoio de ferramentas de monitoramento e avaliação, o acompanhamento contínuo das ações garantirá transparência, ajustes necessários e o alcance dos resultados esperados.